



UFSM

Monografia de Graduação

**ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS E
ECONÔMICOS DE UMA EMPRESA RURAL
ESTUDO DE CASO**

Marcelo Buss De Marchi

Tatiana Sarturi Siqueira

Curso de Ciências Contábeis

Santa Maria, RS, Brasil

2003

**ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS E
ECONÔMICOS DE UMA EMPRESA RURAL
ESTUDO DE CASO AGROPECUÁRIA FUGA S.A.**

por

Marcelo Buss De Marchi

Tatiana Sarturi Siqueira

Monografia de Graduação apresentada ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

Curso de Ciências Contábeis

Santa Maria, RS, Brasil

2003

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Graduação em Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Graduação

**ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS E
ECONÔMICOS DE UMA EMPRESA RURAL
ESTUDO DE CASO AGROPECUÁRIA FUGA S.A.**

elaborada por
**Marcelo Buss De Marchi
Tatiana Sarturi Siqueira**

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A):

Selia Gräbner

Santa Maria, janeiro de 2003

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a vida, por nos proporcionar momentos como esse, que com certeza será apenas mais uma etapa cumprida de muitas, para a realização dos nossos sonhos.

Aos nossos pais e filhos, por suportarem a saudade nos momentos em que ficamos longe.

A professora Selia Gräbner, nossa orientadora, que sem medir esforços, contribuiu para que o trabalho fosse elaborado da melhor maneira possível.

Ao professor Ivan Henrique Vey, que teve papel fundamental para aquisição de material para a pesquisa.

Enfim, a todos que tiveram, mesmo às vezes sem querer, fundamental importância nos momentos mais difíceis, tendo apenas um sentimento:

ACREDITAR EM NÓS.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iii
LISTA DE QUADROS.....	viii
LISTA DE ANEXOS	ix
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema.....	1
1.2 Problema	1
1.3 Objetivos	2
1.3.1 Objetivo Geral.....	2
1.3.2 Objetivos Específicos.....	2
1.4 Justificativa	2
1.5 Metodologia	3
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
2.1 Considerações Iniciais.....	5
2.2 Atividade Agropecuária	6
2.3 Empresas Rurais.....	8
2.4 Contabilidade Rural	12
2.4.1 Ano Agrícola e o Exercício Social.....	14
2.4.2 Classificação Contábil para as Culturas.....	15
2.4.2.1 Culturas Temporárias	16
2.4.2.2 Culturas Permanentes.....	17
2.4.3 Depreciação, Amortização e Exaustão.	20
2.4.4 Gastos Pré Operacionais	21
2.4.5 Melhorias.....	22
2.5 Contabilidade Pecuária	22

2.5.1 Classificação Contábil do Gado Bovino	23
2.5.2 Métodos de Avaliação de Estoques	24
2.5.2.1 Método do Custo Histórico	25
2.5.2.2 Método do Valor de Mercado	27
2.6 Estrutura das Demonstrações Contábeis	28
2.6.1 Balanço Patrimonial	29
2.6.1.1 Principais Contas do Balanço Patrimonial.....	31
2.6.2 Demonstração do Resultado do Exercício	37
2.6.2.1 Principais Contas da Demonstração do Resultado do Exercício.....	39
2.6.3 Demonstração de Origem e Aplicação dos Recursos	42
2.6.4 Notas Explicativas.....	46
2.7 Análise das Demonstrações Financeiras	46
2.8 Padronização das Demonstrações Contábeis para a Análise de Balanços	48
2.9 Análise através de índices	50
2.9.1 Índices de Estrutura.....	50
2.9.1.1 Participação de Capitais de Terceiros	51
2.9.1.2 Composição do Endividamento	51
2.9.1.3 Imobilização dos Recursos Não Correntes	51
2.9.2 Índices de Liquidez	52
2.9.2.1 Liquidez Geral: LG	52
2.9.2.2 Liquidez Corrente: LC	53
2.9.2.3 Liquidez Seca: LS	53
2.9.3 Índices de Rentabilidade	54
2.9.3.1 Giro do Ativo	54

2.9.3.2 Margem Líquida.....	54
2.9.3.3 Rentabilidade do Ativo	55
2.9.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	55
2.10 Análise Vertical.....	57
2.11 Análise Horizontal	57
2.11.1 Análise Horizontal Encadeada X Anual	57
2.12 Relação entre Análise Vertical e Análise Horizontal	58
3 ESTUDO DE CASO.....	59
3.1 A Empresa.....	59
3.2 Análise das Demonstrações Contábeis	59
3.2.1 Análise Através de Índices.....	60
3.2.1.1 Análise da participação do capital de terceiros.....	61
3.2.1.2 Análise do Índice de Composição do Endividamento	62
3.2.1.3 Análise do Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido ...	62
3.2.1.4 Análise do Índice de Imobilização dos Recursos não Correntes	63
3.2.1.5 Análise do Índice de Liquidez Geral	64
3.2.1.5 Análise do Índice de Liquidez Corrente	64
3.2.1.6 Análise do Índice de Liquidez Seca.....	65
3.2.1.7 Análise do Índice do Giro do Ativo	66
3.2.1.8 Análise do Índice de Margem Líquida	67
3.2.1.9 Análise do Índice de Rentabilidade do Ativo	67
3.2.1.10 Análise do Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	68
3.2.2 Análise Vertical/Horizontal	68
3.2.2.1 Análise Vertical/Horizontal do Balanço Patrimonial	68

3.2.2.2 Análise Vertical/Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício	70
4 CONCLUSÃO	72
5 BIBLIOGRAFIA.....	75
6 ANEXOS.....	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Estrutura do Balanço Patrimonial	16
QUADRO 2 – Estrutura do Balanço Patrimonial	17
QUADRO 3 – Estrutura do Balanço Patrimonial	18
QUADRO 4 – Estrutura do Balanço Patrimonial	19
QUADRO 5 – Estrutura do Balanço Patrimonial	24
QUADRO 6 – Balanço Patrimonial.....	30
QUADRO 7 – Demonstração do Resultado do Exercício	38
QUADRO 8 – Demonstração do Resultado do Exercício	45
QUADRO 9 – Resumo Explicativo dos Índices.....	56
QUADRO 10 – Comparativos dos Indicadores.....	61

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Balanço Patrimonial	77
ANEXO 2 – Demonstração do Resultado do Exercício	78
ANEXO 3 – Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos	79
ANEXO 4 – Notas explicativas sobre as demonstrações contábeis procedidas em 31 de dezembro de 2001	80
ANEXO 5 – Análise do Ativo	81
ANEXO 6 – Análise do Passivo	82
ANEXO 7 – Análise da DRE.....	83

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema

Análise dos indicadores financeiros e econômicos de uma empresa rural.

A análise será efetuada nas demonstrações contábeis da empresa denominada Agropecuária Fuga S/A, no período de 1999 a 2001.

1.2 Problema

O setor agropecuário é um dos mais importantes dentro do processo econômico brasileiro e mundial, por ser responsável pela geração de matéria-prima e energia para os outros setores.

Mesmo pertencendo a um setor fundamental, as constantes mudanças que tornam a economia mundial cada vez mais competitiva, fazem com que as empresas rurais, por meio de novas tecnologias e técnicas administrativas, busquem sua permanência no mercado.

A análise financeira de balanços pode ser utilizada como um método de avaliar a empresa, testando seu desempenho econômico. Mas o emprego da técnica de análise econômica e financeira faz com que surjam diversos índices, margens e fórmulas. Como interpretar estes dados de acordo com a realidade das empresas rurais? Como reverter em benefícios todas as informações produzidas para o gerenciamento da empresa rural?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Interpretar os indicadores econômicos, financeiros e operacionais de uma empresa do setor rural.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) aplicar as técnicas de análise financeira de balanços através do cálculo de indicadores financeiros e econômicos das demonstrações contábeis da empresa.
- b) evidenciar as peculiaridades das empresas do setor agropecuário que influenciarão na interpretação dos indicadores.
- c) interpretar os indicadores calculados através da comparação entre os períodos analisados na empresa, utilizando-os para medir seu desempenho empresarial.

1.4 Justificativa

A atividade do setor agropecuário no decorrer dos anos vem sofrendo com a crescente concorrência do mercado e a globalização da economia mundial. As empresas rurais caracterizam-se por estar inseridas dentro do setor primário da economia, sendo fornecedoras de recursos (matéria-prima e energia) para outros setores como o setor

secundário (indústria) e terciário (serviços). Mesmo tendo um amplo mercado consumidor isto não garante aos produtos agropecuários preços justos, políticas de subsídios ou garantias de investimentos necessários para sua viabilidade econômica.

Adequar-se a esta nova realidade as empresas rurais investem em novas tecnologias e técnicas administrativas que venham a satisfazer suas necessidades de competitividade no mercado.

As técnicas de análise e interpretação dos índices econômicos, financeiros e operacionais são importantes ferramentas para a avaliação do desempenho de uma empresa. O setor agropecuário por ter características de contabilização diferenciadas dos demais tipos de empresas necessita, para a sua análise, que se estabeleça um levantamento prévio dos fatores que irão influenciar na interpretação dos indicadores.

Portanto, a aplicação das técnicas financeiras de análise de balanço das demonstrações contábeis de uma empresa rural, tem como finalidade medir o seu desempenho empresarial, ajudando o produtor rural na tomada de decisões gerenciais, e a planejar perspectivas de receitas e custos.

1.5 Metodologia

Foram aplicadas técnicas de análise financeira de balanço através do cálculo dos índices de estrutura, liquidez e rentabilidade, e da elaboração das análises vertical e horizontal, em uma empresa rural.

Para a correta interpretação dos resultados obtidos foi feito um estudo das peculiaridades da contabilidade das empresas rurais, que influenciaram na interpretação dos resultados obtidos nos cálculos dos índices e nas análises vertical e horizontal.

A interpretação dos resultados obtidos foi comparada entre os períodos analisados da empresa, utilizando-os para avaliar seu desempenho empresarial.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Considerações Iniciais

A atividade agropecuária está inserida dentro de um dos mais importantes setores da economia por ser fornecedora de matéria-prima e energia para os outros setores.

Mesmo pertencendo a um setor fundamental da economia, a sua permanência no mercado, com a garantia de preços justos aos seus produtos e investimentos necessários ao desenvolvimento de sua atividade, não estão garantidos.

Segundo Sirlei Lemes (in: Marion 1996, p. 30):

A atividade agropecuária tem destacada importância em países de grandes extensões territoriais e condições climáticas como o Brasil. Apesar da ausência de incentivos de uma política governamental destinada ao setor agropecuário, este tem movido milhões de reais em recursos, gerando milhares de empregos e tornado algumas regiões do país pólos econômicos de riqueza.

As constantes mudanças que tornam a economia brasileira e mundial cada vez mais competitiva e a globalização com a abertura de mercados, fazem com que as empresas rurais tenham necessidade de buscar novas tecnologias e técnicas administrativas, que venham a viabilizar seu negócio e maximizar sua lucratividade.

A Análise Financeira de Balanços deve ser utilizada como um método de avaliar a empresa testando seu desempenho econômico.

Levantando-se as peculiaridades das empresas rurais, que poderiam distorcer a interpretação dos indicadores, a análise financeira de balanços passa a ser uma ferramenta fundamental para a tomada de decisão e planejamento do administrador rural.

A análise da empresa rural para Antunes e Reis (1998, p. 23):

Com a análise das informações pertinentes à empresa rural, o administrador poderá fixar diretrizes e planejar as ações necessárias a serem executadas. Assim, com o planejamento eficiente e tomando as providências pertinente, a situação da empresa poderá ser modificada e, provavelmente, para melhor. Isso acontecerá, após a análise minuciosa e consciente das informações com a posterior correção das falhas diagnosticadas e com o aprimoramento dos pontos positivos. Minimizar e otimizar os custos e maximizar os lucros são conseqüências naturais de uma análise bem estruturada.

O emprego de técnicas administrativas como a análise financeira de balanços nas empresas rurais tem o objetivo de auxiliar no seu gerenciamento, avaliando o desempenho de suas atividades, para torná-las mais competitivas no mercado.

2.2 Atividade Agropecuária

O cultivo de alimentos e a criação de animais pelo homem surgiram para satisfazer as necessidades de sua cadeia alimentar.

O homem aprendeu a cultivar a terra plantando vegetais, a criar animais e domesticar para consumir sua carne, couro, ossos, leite e outros produtos. Passou também a domesticar animais usando sua

força para realização de trabalhos como aragem do solo, transporte de pessoas e produtos, etc.

Para Santos (1996, p.43) “Agricultura é definida como a arte de cultivar a terra. Arte essa decorrente da ação do homem sobre o processo produtivo à procura de satisfação de suas necessidades básicas”.

Da necessidade do homem sobreviver surgiu a agricultura e a atividade zootécnica (criação de animais), e logo em seguida com a transformação e beneficiamento dos produtos agropecuários surgia a atividade agroindustrial.

Segundo Valle (1983, p. 20):

O conjunto de meios aplicados para a obtenção dos produtos da natureza constitui a agricultura, que é uma atividade complexa, tanto no aspecto técnico como no econômico. Abrangerão somente qualquer forma de cultivo do solo e a criação de gado e de outros animais, estreitamente ligada aquela, assim como as atividades complementares de preparação beneficiamento e transformação de alguns produtos vegetais e animais, sendo estas últimas atividades denominadas indústria agrícola e indústria agropecuária.

Com a evolução da sociedade e o crescimento da economia mundial a atividade agropecuária cresceu e suas técnicas produtivas e administrativas evoluíram, passando a ser responsável pela geração de milhares de empregos e movimentando um grande volume de capital.

A atividade agropecuária deixou de ser uma questão de subsistência para o homem, passou a empregar a terra, o capital e o trabalho para gerar lucro e estar inserida no mercado econômico, sofrendo diretamente sua influência.

Surgiu então a necessidade da atividade agropecuária organizar-se de maneira a atender as exigências econômicas, financeiras e legais dando origem as Empresas Rurais.

2.3 Empresas Rurais

Empresa é uma organização com a finalidade de produzir ou comercializar bens e serviços, tendo como objetivo o lucro. De acordo com seu tipo de produção, divide-se em quatro categorias: rural, industrial, comercial e financeira.

Inicialmente vamos tomar algumas definições da empresa rural e a abrangência de suas atividades segundo alguns autores:

Para Valle (1983, p. 19):

Empresa rural ou estabelecimento agrícola é a entidade de caráter econômico, cuja finalidade é a utilização produtiva da superfície do solo, através de um conjunto de meios apropriados que lhe permitem obter com maior abundância e mais economicamente os produtos da natureza. Há outras empresas que se dedicam à exploração dos animais, assim como às indústrias derivadas dos produtos obtidos dos vegetais, e dos animais, podendo a empresa rural exercer uma, duas ou três atividades simultaneamente.

Marion (1996, p.22) diz que: “Empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”.

As empresas rurais desenvolvem suas atividades no setor primário da economia, produzindo bens alimentícios e matérias-

primas através da exploração das atividades: agrícola, zootécnica e agroindustrial.

A atividade agrícola corresponde ao cultivo de vegetais e está dividida em dois grupos: na Cultura hortícola e forrageira que é a produção de cereais, hortaliças, fibras, floricultura, forragens, etc., e na Arboricultura com os reflorestamentos, pomares, seringais entre outras atividades.

A atividade zootécnica corresponde a criação de animais com seus vários segmentos como a apicultura (criação de abelhas), avicultura (criação de aves), a piscicultura (criação de peixes) e a pecuária (criação de bovinos), entre outros.

A atividade agroindustrial se dá através do beneficiamento e transformação de produtos agrícolas e zootécnicos. Mas existem algumas condições que devem ser respeitadas para a atividade ser considerada como agroindustrial.

Sirlei Lemes (in: Marion 1996, p. 31) cita que:

Para ser considerada como exploração agrária, a atividade agroindustrial deve atender a certas condições como:

- não alterar a composição e as características do produto in natura;
- ser feita pelo próprio produtor rural, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais;
- utilizar exclusivamente matéria-prima produzida na unidade rural explorada.

Pode-se citar como exemplos de atividade agroindustrial o beneficiamento do arroz, moagem do trigo e do milho, o processamento da cana-de-açúcar em álcool e aguardente, da soja em óleo, das uvas em vinho e vinagre, a produção de laticínios, etc. .

As empresas rurais além de desenvolver suas atividades com o objetivo de fornecer bens alimentícios e matéria-prima, buscam a remuneração do capital investido e a obtenção de recursos para novos investimentos através da obtenção do lucro.

Segundo Anceles (2001, p. 153):

O organismo econômico ou azienda, que se dedica a atividade rural, é o conjunto de bens e de pessoas, com finalidade lucrativa, que combina, para tanto, os vários elementos produtivos (terra, trabalho e capital), a fim de obter os produtos da natureza, aplicando para isto meios apropriados, que lhe permitem obtê-los em maior quantidade e mais economicamente.

De acordo com a legislação brasileira as empresas rurais podem explorar a atividade agropecuária através das seguintes formas: pessoa física ou pessoa jurídica.

Para Marion (1996, p. 27):

Pessoa Física é a pessoa natural, é todo o ser humano, e todo o indivíduo (sem qualquer exceção). A existência da pessoa física termina com a morte.

Pessoa jurídica é a união de indivíduos que, através de um trato reconhecido por lei, formam uma nova pessoa, com personalidade distinta de seus membros. As pessoas jurídicas podem ter fins lucrativos (empresas industriais, comerciais, etc.) ou não (cooperativas, associações culturais, religiosas, etc.).

A pessoa jurídica que exerce a atividade agropecuária pode ser classificada como sociedade civil ou sociedade comercial, sendo o objeto social da empresa que vai definir esta classificação.

Marion (1996, p. 27) diz que:

Sociedades Civis são aquelas que prestam serviço com ou sem fins lucrativos; não praticam a intermediação (compra e venda de mercadorias).

Sociedades Comerciais (ou mercantis) são aquelas que praticam ato de comércio com fins lucrativos, constituídas com o objetivo de comprar e vender mercadorias, transformar matéria-prima adquirida de terceiros em produtos acabados e vender também para terceiros, explorar negócios bancários (captação e aplicação de dinheiro) etc.

O objeto social das empresas rurais é o fornecimento de bens alimentícios e matéria-prima diretamente ao consumidor, que tanto podem ser indústrias que modificaram e comercializaram o produto ou o consumidor final, não exercendo assim a compra e venda de produtos.

As pessoas jurídicas que exercem a atividade rural são em sua maioria sociedades civis, com exceção das empresas rurais que se constituíram sob a forma de sociedade anônima, que em virtude da legislação (Lei n. 6.404/76, art. 2) são tratadas como sociedades comerciais.

Para fins do Imposto de Renda a pessoa física que explora a atividade agropecuária não necessita utilizar a escrituração contábil regular, podendo manter o registro e controle de suas atividades através da escrituração do livro caixa.

Anceles (2001, p.59) diz que: “o resultado da exploração da atividade rural será apurado mediante escrituração do livro Caixa, que deverá abranger as receitas, as despesas de custeio, os investimentos e demais valores que integram a atividade”.

Mas, a pessoa física que exerce atividade rural também pode optar pela apuração do resultado através da escrituração contábil, para isto deverá enquadrar-se na legislação e nas normas contábeis.

Segundo Marion (1996, p. 27):

Todavia, as pessoas físicas tidas como grande produtor rural serão equiparadas as pessoas jurídicas para fins contábeis, devendo haver escrituração regular, por intermédio de profissional contábil qualificado, utilizando como base o método das partidas dobradas (lançamentos a débito e crédito simultaneamente).

As pessoas jurídicas que desenvolvem a atividade agropecuária e a elas equiparadas, devem apurar o resultado da exploração da atividade rural através da escrituração.

A Contabilidade passa a registrar e controlar atividades das empresas rurais. Surge, então, um ramo chamado Contabilidade Rural.

2.4 Contabilidade Rural

A atividade agropecuária, como qualquer outra, necessita atender as exigências legais, conhecer sua situação patrimonial e apurar seu resultado. Para isto utiliza-se da Contabilidade Rural na escrituração de sua atividade e na confecção de suas demonstrações contábeis.

Para Valle (1983, p.118):

Contabilidade Agrária, também denominada Contabilidade Agrícola ou Rural, é a parte da Contabilidade aplicada as

atividades que se desenvolvem nos imóveis rurais, tendo por objeto e estudo, registro e controle da gestão econômica do patrimônio das empresas que se dedicam a essas atividades.

Valle (1983, p. 119) também escreve sobre a importância da Contabilidade Rural para as empresas:

Apesar das vantagens que oferece ao empresário agrário, visto que sua aplicação proporciona a consciência do grau de eficiência das suas atividades econômicas, a localização dos pontos fracos e fortes de cada exploração, orientação segura na política de assistência técnica e econômica na atuação agrária e idéia exata do rendimento dos seus negócios, a Contabilidade está ainda pouco difundida entre os empreendedores rurais, especialmente nas pequenas empresas e nas de regime doméstico, sendo por muitos deles considerada um luxo oneroso e supérfluo.

A contabilidade Rural é considerada uma ferramenta de grande valor para o levantamento de custos, análise da rentabilidade, dos investimentos necessários e para o planejamento das empresas rurais. Porém esta ferramenta é pouco utilizada pelos produtores rurais.

Mas, com a crise econômica que passa a economia brasileira e mundial, os empresários rurais começam a sentir a necessidade de uma administração eficiente, que consiga o máximo de rentabilidade em períodos cada vez menores, para poderem manter-se no mercado.

A Contabilidade Rural propicia reconhecer a situação patrimonial e financeira da empresa, através dos registros das operações e da elaboração dos demonstrativos contábeis. De posse desses demonstrativos a empresa pode utilizar-se de técnicas de análise financeira de balanço para medir seu desempenho empresarial, auxiliando o produtor rural na tomada de decisão.

Para a correta interpretação dos indicadores calculados através das demonstrações financeiras das empresas rurais, deve-se estabelecer um estudo detalhado de cada conta contábil, que recebe um tratamento diferenciado devido a atividade agropecuária.

2.4.1 Ano Agrícola e o Exercício Social

Para a maioria das empresas o período adequado para o encerramento do exercício social é 31/12, fazendo com que o período do exercício social coincida com o ano civil. Isto ocorre porque nas empresas industriais, comerciais e financeiras as receitas e as despesas têm distribuição constante ao longo do ano.

Nas empresas rurais ocorre uma concentração da receita de acordo com a atividade desenvolvida.

Segundo Marion (1996, p. 24):

Ao término da colheita e, quase sempre, da comercialização desta colheita temos o encerramento do ano agrícola. Ano agrícola é o período em que se planta, colhe e, normalmente comercializa a safra agrícola. Algumas empresas, em vez de comercializarem o produto, desde que possível, armazenam a safra para obter melhor preço. Neste caso considera-se o ano agrícola o término da colheita.

Na atividade pecuária deve-se levar em consideração os seguintes fatores para determinação da melhor época para o encerramento do exercício social: o nascimento dos bezerros e o mês seguinte ao da concentração de venda de reses ao frigorífico. Segue-se o mesmo raciocínio da atividade agrícola, porque a venda das reses e o

nascimento dos bezerros é o resultado do desempenho da atividade da empresa rural.

Mas segundo a Lei n. 7.450/85 para todas as empresas o encerramento de seu exercício social, deve coincidir com o ano civil.

Marion (1996, p. 26) descreve: “Esta imposição veio trazer sérios prejuízos à contabilidade rural, já que este setor, necessariamente, deveria ter seu exercício social coincidente com o ano agrícola, para melhor avaliar o desempenho da empresa”.

Podemos citar como exemplo a cultura do milho, que começa seu plantio nos mês de agosto, tendo todos os gastos realizados com esta cultura lançados na conta Cultura Temporária. Quando a empresa apurar o resultado do exercício de acordo com a legislação, ou seja em dezembro, a receita com esta cultura ainda não vai ter sido realizada, já que a colheita ocorre entre os meses de janeiro e fevereiro.

Segundo Marion (1996, p. 25): “Encerrando-se o exercício social antes da colheita, não se pode apurar o resultado (não houve venda ainda) e dificilmente haveria condições de determinar o valor econômico da cultura em formação. Dessa forma, se realizada a contabilidade seria de pouca utilidade”.

2.4.2 Classificação Contábil para as Culturas

A classificação contábil

2.4.2.1 Culturas Temporárias

As culturas temporárias têm um período de vida curto, são plantadas e arrancadas do solo por ocasião da colheita, ficando sujeitas ao replantio.

São conhecidas como culturas temporárias: a soja, o milho, o arroz, a batata, os legumes, o feijão.

As culturas temporárias estão classificadas da seguinte maneira no balanço patrimonial:

QUADRO 1 – Estrutura do Balanço Patrimonial

Culturas Temporárias em Formação

Balanço Patrimonial
Ativo
Circulante
Estoques
Cultura Temporária em Formação
Arroz
Milho
Soja

Fonte: Própria

Marion (1996, p. 36) refere-se a culturas temporárias da seguinte maneira:

Esses produtos são contabilizados no Ativo Circulante, como se fossem um "Estoque em Andamento" numa indústria. Dessa forma, todos os custos serão acumulados numa subconta com o título específico da cultura em formação (arroz, ou trigo, ou alho, ou cebola, ou...) da conta "Culturas Temporárias". Os

custos que compõe esta rubrica são: sementes, fertilizantes, mudas, demarcações, mão-de-obra, encargos, energia elétrica, encargos sociais, combustível, seguro, serviços profissionais, inseticidas, depreciação de tratores e outros imobilizados na cultura em apreço.

Quando os produtos da cultura temporária são colhidos, o saldo da conta cultura temporária em formação é transferido para o subgrupo produtos agrícolas.

QUADRO 2 – Estrutura do Balanço Patrimonial

Culturas Temporárias em Formação

Balanço Patrimonial
Ativo
Circulante
Estoques
Produtos Agrícolas (Cult. Temp.) Colheita.
Arroz
Milho
Soja

Fonte: Própria

2.4.2.2 Culturas Permanentes

Marion (1996, p. 39) diz sobre culturas permanentes:

São aquelas que permanecem vinculadas ao solo e propiciam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribuem-se as culturas permanentes uma duração mínima de quatro anos. Do nosso ponto de vista basta apenas a cultura durar mais de um ano e propiciar mais de uma colheita para ser permanente.

São exemplos de cultura permanente: a cafeicultura, a cana-de-açúcar, a citricultura, as frutas arbóreas (goiaba, maçã, pêra, uva).

Os custos realizados no desenvolvimento da cultura permanente são classificados como ativo imobilizado na conta cultura permanente em formação, recebendo tratamento contábil similar a do imobilizado em andamento. São exemplos destes custos: preparo do solo, adubação, sementes, mudas, irrigação, insumos, forragens, herbicidas, inseticidas, mão-de-obra, encargos sociais, seguros da plantação, entre outros.

QUADRO 3 – Estrutura do Balanço Patrimonial

Cultura Permanente em Formação

Balanço Patrimonial
Ativo
Permanente
Imobilizado
Cultura Permanente em Formação
Cana-de-açúcar
Maçã
Uva

Fonte: Própria

Segundo Marion (1996, p. 39):

Após a formação da cultura, que pode levar vários anos (antes do primeiro ciclo de produção ou maturidade, ou antes da primeira florada, ou da primeira produção), transfere-se o valor acumulado da conta “Cultura Permanente em Formação” para a

conta “Cultura Permanente Formada”, identificando-se uma sub-conta por tipo de cultura específica.

A conta Cultura Permanente Formada está localizada no Balanço Patrimonial, compondo o saldo do Ativo Imobilizado. Por ocasião da colheita o saldo desta conta é transferido para o Ativo Circulante com a seguinte classificação:

QUADRO 4 – Estrutura do Balanço Patrimonial
Culturas Temporárias em Formação

Balanço Patrimonial
Ativo
Circulante
Estoques
Cult. Perm. (Colh. em andamento)
Cana-de-açúcar
Maçã
Uva

Fonte: Própria

Os custos realizados para a conclusão da colheita serão lançados na conta Cultura Permanente (Colheita em Andamento), como inseticidas, podas, capinas, irrigação, mão-de-obra, encargos sociais, depreciações, etc.

Segundo Marion (1996, p. 39): “Após o término da colheita, transfere-se o total acumulado de “Colheita em Andamento” para “Produtos Agrícolas”. Nesta conta são acumulados, se houver custos

de beneficiamentos, de acondicionamento (embalagens), de silagem, etc.

2.4.3 Depreciação, Amortização e Exaustão.

A depreciação é utilizada para demonstrar a perda de valor de bens materiais em decorrência do uso, da ação do tempo, entre outros fatores, no desenvolvimento das atividades das empresas.

Na agricultura a depreciação é aplicada nas culturas permanentes, nas árvores frutíferas, em implementos agrícolas, instalações, imóveis rurais, e demais bens utilizados pelas empresas rurais em seus empreendimentos.

Segundo o regulamento do imposto de renda a taxa de depreciação é de 25% ao ano, para os implementos e máquinas agrícolas. Contudo, o mais adequado seria calcular a depreciação conforme as horas trabalhadas, já que a utilização destes bens não é homogênea, varia de acordo com o plantio, colheita, aragem do solo, etc.

Para a apuração da taxa de depreciação das culturas permanentes, as empresas rurais devem consultar profissionais habilitados como agrônomos e engenheiros florestais para que avaliem a vida útil de cada cultura.

Na atividade pecuária a depreciação acontece nos animais utilizados para a reprodução, e para o trabalho. Deve-se levar em consideração a raça do animal, o clima, as condições de trabalho e todos os fatores que influenciarem a vida útil dos animais para determinar a taxa de depreciação.

Para Sirlei Lemes (in: Marion, 1996 p.35):

O período de vida útil do gado reprodutor, para efeito de depreciação, inicia-se a partir do momento em que este estiver em condições de reproduzir. No cálculo da depreciação, deverá ser previsto o valor residual que o gado reprodutor terá ao fim de seu período reprodutivo, depois de castrado e engordado para o abate.

A exaustão expressa a perda de valor, que sofrem as imobilizações que são exploradas, e que se esgotam com o passar do tempo. Na atividade das empresas rurais encontramos a exaustão na cultura da cana-de-açúcar, nas pastagens, no reflorestamento, e quando a árvore frutífera é extraída do solo.

A amortização nas empresas rurais ocorre na aquisição de direitos sobre bens adquiridos de terceiros, e deve ser calculada de acordo com os prazos de exploração estabelecidos em contrato. Amortizam-se também as melhorias feitas para melhorar as condições da terra para o plantio, e calcula-se a vida útil conforme a quantidade de tempo e quantas culturas serão beneficiadas.

2.4.4 Gastos Pré Operacionais

O período de formação das culturas permanentes geralmente é longo, podendo levar alguns anos para que aconteça a colheita. Se no decorrer deste período não ocorrerem receitas operacionais, não haverá apuração do resultado do exercício.

Os gastos que não se referirem a cultura serão classificados na conta Gastos Pré Operacionais no Ativo Permanente, e depois com a

realização da colheita estes gastos serão amortizados em um período de 5 a 10 anos.

2.4.5 Melhorias

Existem dois tratamentos contábeis para os gastos na execução de melhorias para tornar a terra mais produtiva. Alguns contadores consideram como uma valorização das terras e adicionam estes gastos ao seu valor. Outros tratam como custo ativado, classificando na conta Melhorias do Ativo Diferido, amortizando em vários anos, de acordo com o tempo em que durará sua utilização.

2.5 Contabilidade Pecuária

A classificação das contas e o tratamento contábil dispensado aos estoques e ao imobilizado das empresas que trabalham com a pecuária, estão de acordo com o tipo de atividade que estas desenvolvem. Para entendermos alguns procedimentos da contabilidade pecuária, devemos entender como funcionam e se desenvolvem as atividades pecuárias.

As empresas que desenvolvem a atividade pecuária de corte, ou seja, a criação de bovinos para o abate, apresentam 3 (três) fases distintas na criação de seus animais: a cria, recria e engorda.

Cria: através da fertilização de suas matrizes, a empresa desenvolve a atividade de produção de bezerros para a empresa comercializá-los após o desmame.

Recria: após a compra dos bezerros o objetivo da empresa é desenvolver os animais adquiridos, para depois vendê-los quando chegam a fase de novilho magro.

Engorda: adquiridos os novilhos magros, a empresa passa a tratá-los para que cheguem a fase de novilho gordo e depois vender sua produção.

As empresas, conforme seu interesse, podem optar por desenvolver cada uma das fases da criação do gado de corte, ou desenvolver o sistema integrado (cria-recria-engorda).

2.5.1 Classificação Contábil do Gado Bovino

A classificação do gado bovino no Balanço Patrimonial, acontece de acordo com a finalidade que a empresa estabelece para o animal. O animal que permanece na empresa para exercer trabalhos ou atuar na procriação, será classificado no Ativo Permanente Imobilizado.

Os animais como bezerros, novilhos magros e novilhos gordos que se destinam a comercialização pela empresa, serão classificados na conta Estoques – Ativo Circulante.

Os bezerros quando nascem são classificados como Estoques no Ativo Circulante, pois sua finalidade na empresa, como já vimos, é a sua comercialização. Mas com o decorrer do tempo o animal pode demonstrar qualidades necessárias a procriação como: fertilidade, ardor sexual, carcaça, peso. Então o animal passará a integrar o plantel reprodutor, sendo classificado como Ativo Permanente Imobilizado.

Segundo o Parecer Normativo CST n. 3/80 é vedada a reclassificação do gado do Ativo Permanente para o Circulante. Isto

acontece para evitar o trânsito constante de uma conta para outra, assim deve-se manter no ativo circulante, até o período de experimentação, após isso, se o gado apresentar habilidade reprodutiva será reclassificado como permanente, caso contrário, continuará no ativo circulante.

QUADRO 5 – Estrutura do Balanço Patrimonial

Classificação Gado Bovino

Balanço Patrimonial
1 Ativo
1.1 Ativo Circulante
1.1.1 Disponível
1.1.2 Clientes e títulos
1.1.3 Estoques Vivos
1.1.3.1 Bezerros de 0 a 12 meses
1.1.3.2 Bezerras de 0 a 12 meses
1.1.3.3 Novilhos de 13 a 24 meses
1.1.3.4 Novilhas de 13 a 24 meses
1.1.3.5 Novilhos de 25 a 36 meses
1.1.3.6 Novilhos acima de 37 meses
1.1.3.7 Novilhas acima de 25 meses (em experimentação).
1.1.3.8 Garrotes (tourinhos) acima de 25 meses (em experimentação)
1.2 Realizável a Longo Prazo
1.3 Permanente
1.3.1 Investimentos
1.3.2 Imobilizado
1.3.2.1 Rebanho
• Reprodutores
• Matrizes
1.3.2.2 Animais de Trabalho
• Cavalos e éguas
• Burros e mulas
• Jumentos, bois...

Fonte: Adaptado Marion (1996, p 21)

2.5.2 Métodos de Avaliação de Estoques

Existe na contabilidade dois métodos para a avaliação dos estoques de rebanhos vivos, destinados a comercialização. Quando o rebanho é inventariado pelo preço real de custo chamamos de Método

de Custo Histórico e quando é avaliado pelo preço corrente de mercado chamamos de Método do Valor de Mercado.

2.5.2.1 Método do Custo Histórico

As vantagens que levam a utilização deste método são a fácil verificação dos seus cálculos, reconhecimento do lucro apenas no momento da venda, grande aceitação por parte de contadores e auditores, etc.

Segundo Marion (1996, p. 122): “os ativos são incorporados à entidade pelo valor de aquisição ou pelo custo de fabricação (incluindo todos os gastos necessários para colocar o ativo em condições de gerar benefício para a empresa)”.

Este método de avaliação de estoques vivos consiste na apropriação de todos os custos ocorridos para a manutenção e desenvolvimento dos rebanhos através da conta Custo do Rebanho em Formação. São exemplos de custos para a manutenção do rebanho: rações, vacinas, exaustão das pastagens, salários e encargos dos vaqueiros, assistência veterinária, depreciação dos reprodutores, etc.

Contabilizados todos os custos ocorridos no período, divide-se este total pelo número de cabeças do rebanho em formação, inclusive as nascidas no período. Muitas empresas também consideram os bezerros que ainda estão por nascer. Através desta metodologia obtêm-se o custo médio de produção por cabeça em um determinado período.

Mas, para que não haja distorções de valores, o correto é dividir o rebanho em lotes e separar o custo referente a reprodução de animais, atribuindo apenas aos bezerros nascidos e a nascer.

Levando-se em consideração o rateio dos custos dos reprodutores aos bezerros, temos:

Custo Unitário de cada

$$\begin{array}{l} \text{Bezerro nascido e/ou a} \\ \text{Nascer} \end{array} = \frac{\text{Custo de manutenção de touros /matrizes}}{\text{Número de bezerros nascidos e a nascer}}$$

Custo Unitário do

$$\begin{array}{l} \text{novilho} \\ \text{do} \end{array} = \frac{\text{Custo de man. do rebanho em crescimento}}{\text{Número de novilhos (as) em formação}}$$

Quando ocorre a morte de um animal do rebanho, deve-se dar baixa diretamente no Ativo Circulante ou Permanente, de acordo com a classificação do animal e ajustar a quantidade de cabeças.

As mortes ocorridas de maneira acidental ou involuntária serão tratadas como perdas do período, classificadas como Resultado Não Operacional. As ocorridas de maneira normal, em decorrência do processo de criação, permaneceram como custo do rebanho, tendo seu valor diluído no restante do rebanho.

O custo dos animais que morrerem durante o período deve ser proporcional ao tempo de vida do animal, sendo este sistema chamado de Equivalência de Produção.

Na ocorrência da venda do rebanho ou parte dele, procede-se a baixa do estoque, debitando-se a conta Custo do Gado Vendido, para a apuração do resultado do exercício.

2.5.2.2 Método do Valor de Mercado

É necessário adaptar o plano de contas da empresa rural, para a implantação do Método do Valor de Mercado na avaliação de estoques vivos. Deve-se segregar o plano de contas de acordo com a atividade desenvolvida como: cria, recria, engorda, gado leiteiro, gado de corte, e, ainda por raça, idade e sexo dos animais.

Neste método os custos referentes a manutenção e desenvolvimento dos rebanhos são contabilizados diretamente em contas de resultado, posteriormente sendo lançados na apuração do resultado do exercício.

A avaliação dos estoques pelo método do valor corrente deve acontecer de acordo com o ciclo operacional da empresa. Algumas empresas avaliam quando do nascimento planejado dos bezerros, facilitando em anos seguintes a avaliação destes animais, já que mudaram de categoria vários animais na mesma data. As empresas rurais também avaliam seus estoques na mudança de categoria dos animais (anual ou semestral), ou ainda com o encerramento do balanço.

Escolhida a data para a avaliação dos estoques o valor referente aos bezerros nascidos e a diferença entre o valor constante nos estoques e o valor corrente de mercado, será acrescentado a conta de estoques tendo como contra-partida a conta Superveniências Ativas.

Juntamente com este reconhecimento da receita pelo nascimento dos bezerros e ganho natural de peso pelo gado, deve-se provisionar as despesas que ocorrerão no momento da venda (transporte, fretes, impostos, comissões).

A variação econômica dos estoques está representada através da conta Variação Patrimonial Líquida e suas subcontas: Superveniências Ativas e Insubstituições Passivas.

A conta Superveniências Ativas representa o acréscimo de valor econômico do gado, enquanto a conta Insubstituições Passivas refletem a diminuição do ativo da empresa, com a redução do rebanho decorrentes de mortes anormais (fatos imprevistos, acidentes) e desaparecimento do gado.

2.6 Estrutura das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis também chamadas de demonstrações financeiras pela Lei das S/A. são relatórios contábeis que evidenciam a situação patrimonial e financeira da empresa através da escrituração dos fatos contábeis.

De acordo com o artigo 70 da Lei das S/A. (Lei n. 6.404/76) as demonstrações contábeis que as empresas devem apresentar obrigatoriamente no término do exercício social são:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou a

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

- Demonstração da Origem e Aplicação dos Recursos.

Acompanhando as demonstrações financeiras, dispostas no rodapé encontram-se as notas explicativas que tem a finalidade de fornecer informações que não ficaram evidenciadas nas demonstrações.

2.6.1 Balanço Patrimonial

Conforme a Lei n. 6.404/76 em seus artigos 178 a 182, foram estabelecidos critérios de classificação das contas que compõe o balanço patrimonial, com o objetivo de facilitar a análise da situação financeira das empresas.

Embora a legislação estabeleça estes critérios para as sociedades por ações, de acordo com exigências do regulamento do imposto de renda foram estendidas às demais pessoas jurídicas.

Matarazzo nos diz sobre o Balanço Patrimonial (1998, p. 43):

É a demonstração que apresenta todos os bens e os direitos da empresa- Ativo -, assim como as obrigações – Passível Exigível – em determinada data. A diferença entre Ativo e Passivo é chamada Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, quer através de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerados por esta em suas operações e retidos internamente.

As contas do passivo estão dispostas de acordo com o grau de exigibilidade, ou seja, das obrigações que tem que ser saldadas pela empresa em prazo crescente. Quanto menor for o prazo para a

quitação da obrigação da empresa, menor será seu grau de exigibilidade.

Conforme NBC T3 – Normas Brasileiras de Contabilidade: “o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade”.

O Balanço Patrimonial tem a seguinte representação gráfica segundo o Art. 178 – Lei n. 6.404/76:

QUADRO 6 – Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Realizável a Longo Prazo	Exigível a Longo Prazo
Permanente	Resultado de Exercícios Futuros
Investimentos	Patrimônio Líquido
Imobilizado	Capital Social
Diferido	Reservas de Capital
	Reservas de Reavaliação
	Reserva de Lucros
	Lucros ou Prejuízos Acumulados

Fonte: Própria

2.6.1.1 Principais Contas do Balanço Patrimonial

Ativo Circulante

O ativo circulante é composto pelas contas de liquidez imediata que se realizaram a curto prazo.

Neste grupo são classificados o dinheiro disponível (caixa e bancos) que estão em poder da empresa, também todos os valores que são transformados ou convertidos em dinheiro em curto prazo (duplicatas a receber e estoques).

Disponibilidades

O grupo disponibilidades é usado para designar o dinheiro em caixa e em bancos, os valores equivalentes, ou seja, são os recursos que a empresa possui à sua disposição de forma imediata. Pode-se encontrar no subgrupo disponibilidades contas como caixa, bancos, numerários em trânsito, aplicações de liquidez imediata, entre outras.

Créditos

São os títulos de crédito ou quaisquer valores mobiliários e outros direitos, os quais normalmente realizáveis no decurso do exercício seguinte à data do balanço. Pode-se encontrar no subgrupo créditos ou clientes (que deve ser destacada no balanço), contas como

duplicatas a receber, provisão para créditos de liquidação duvidosa, duplicatas descontadas e outros créditos.

Estoques

São os bens adquiridos ou produzidos na própria empresa com a finalidade de ser vendido ou utilizado nas atividades da mesma. São os valores dos produtos acabados, em elaboração, matérias-primas, mercadorias, materiais de consumo, e outros valores relacionados à atividade fim da empresa.

Nos estoques estão os itens que existem fisicamente na empresa excluindo os de propriedade de terceiros que estão ali por motivo de armazenagem, beneficiamento, etc. Assim como itens que estão em outras empresas pelos mesmos motivos, mas que continuam vinculados a essa empresa. São considerados estoques os itens que foram mandados por consignação para futura venda, e que ainda não tenham sido mudados os direitos de propriedade de uma empresa para outra.

Ativo Realizável a Logo Prazo

São classificadas as contas de mesma natureza do ativo circulante (créditos, despesas antecipadas), mas que tenham realização certa ou provável, após o término do exercício seguinte.

Encontra-se nessa conta os ativos que possuem uma menor liquidez do que o circulante (transformam-se em dinheiro mais lentamente).

Ativo Permanente

São os bens e direitos cuja perspectiva de permanência na empresa é de mais de um exercício, não sendo destinados à transformação direta em meios de pagamento, e divide-se de forma geral em investimentos, imobilizado e diferido.

Investimentos

Segundo o art.179 da Lei nº 6404/76, item III, “Investimentos são as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante nem no longo prazo, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia”.

Nesse subgrupo, serão classificados dois tipos de ativos, as participações permanentes em outras sociedades, que são em forma de ações ou de quotas e têm características de aplicação de capital, não sendo de forma temporária ou especulativa, usufruindo dos rendimentos proporcionados por esses investimentos. Existem os investimentos voluntários que representam uma extensão da atividade econômica da empresa pela participação em coligada ou controlada.

Imobilizado

São os bens tangíveis e intangíveis destinados à manutenção das atividades da empresa, ou exercidos com essa finalidade. São todos os bens que a empresa possui e que não tem a pretensão de vender, caracteriza-se como bens tangíveis aqueles que tem corpo físico, como os terrenos, instalações, máquinas, etc. Os bens intangíveis são os

bens em que o valor está nos direitos de propriedade, legalmente conferidos, como patentes, marcas, direitos autorais, etc.

Diferido

São aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação de resultado de mais de um exercício social. São ativos intangíveis, que vão sendo amortizados no período de tempo em que estiverem contribuindo para a formação do resultado da empresa. Tem como condição para ser classificado nesta conta, que haja segurança para que os saldos diferidos venham por meio de receitas cobrir os custos e despesas futuras, gerando margem para atender à amortização desses diferidos e a depreciação dos bens do imobilizado. De acordo com a Lei 6404/76, o ativo diferido deverá ser amortizado em prazo não superior a 10 anos a partir do início da operação normal da empresa.

Passivo

Pode-se dizer que o passivo é a fonte de onde provém o dinheiro e os recursos para “comprar” o ativo.

Entende-se também que o passivo são as obrigações exigíveis da empresa, bem como as dívidas que serão cobradas no vencimento.

Existem duas principais fontes de recursos, que são os acionistas e os proprietários (patrimônio líquido) e os empréstimos tomados nas instituições financeiras.

Passivo Circulante

São as obrigações da empresa cujo vencimento esperado seja dentro do exercício social seguinte. As obrigações que são classificáveis no passivo circulante se originam geralmente de compra de matérias-primas, compras de bens e insumos, salários, comissões, aluguéis, dividendos declarados, impostos, taxas e contribuições, etc.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Serão registradas nessa conta as obrigações cuja liquidação deverá ocorrer após o exercício social seguinte ou no prazo superior a seu ciclo operacional. Pode-se destacar nesta conta os empréstimos e financiamentos por instituições financeiras, emissão de debêntures, retenções contratuais, imposto de renda diferido para exercícios futuros, etc.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é definido como sendo a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos e resultados de exercícios futuros, e é o valor contábil pertencente aos sócios e acionistas. Divide-se em capital social, reservas, e lucros ou prejuízos acumulados.

O capital social pode ser considerado como investimentos efetuados na empresa pelos seus proprietários e acionistas, como também os valores obtidos pela sociedade que se incorporam ao capital social por decisão dos proprietários. Pode-se considerar como se fosse uma renúncia do direito dos sócios de receber o dinheiro ou outros bens que lhe cabem, para que esses valores sejam reinvestidos

na empresa. As empresas devem ter a conta capital subscrito e a conta devedora de capital a integralizar, sendo que a diferença será o capital realizado.

As Reservas são divididas:

- Reservas de Capital: que são os valores destinados a aumento de seu capital, sem a contrapartida de um esforço por parte da empresa, são constituídas como valores recebidos pela empresa e que não são levados a resultado como receita.
- Reservas de Reavaliação: são as reavaliações feitas pela empresa de seus próprios bens e a reavaliação dos investimentos em coligadas e controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.
- Reservas de Lucros: são reservas estatutárias, constituídas por haver lucro na empresa, que poderão vir a ser disponíveis para a distribuição na forma de dividendos, para compensar prejuízos, aumentar o capital social e para outras destinações.

Lucros e Prejuízos Acumulados

Essa conta representa o saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos), líquidos das apropriações das reservas de lucros e dos dividendos distribuídos, integrando o patrimônio líquido a partir da data do balanço em que forem apurados. Sendo que esta conta representa a interligação entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.

Quando houver resultado positivo, este deverá ser destinado para as reservas de lucros, para pagamento de dividendos, e para retenção

de lucros. Somente será utilizada a conta de prejuízos acumulados quando a empresa apurar um resultado negativo o qual ultrapasse o valor de todas as reservas de lucros que são destinados para cobrir esse prejuízo.

2.6.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) tem por finalidade evidenciar como é formado o Resultado Líquido do Exercício, confrontando as receitas, custos e despesas incorridas no período.

Através desta demonstração os usuários das demonstrações contábeis da empresa obtêm informações de como foi formado o resultado do exercício.

Para a elaboração deste demonstrativo devem ser observados alguns princípios contábeis como:

- **Princípio da Realização da Receita:** devem ser consideradas todas as receitas e rendimentos auferidos no período, independente de terem sido realizados em moeda ou não.
- **Princípio do Confronto das Despesas:** todos os custos, despesas, gastos, perdas que correspondem a receitas e rendimento do período, tenham estes sido pagos ou incorridos.

QUADRO 7 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS

(-) Devoluções

(-) Abatimentos

(-) Impostos

(=) Receita Líquida das Vendas e Serviços

(-) Custos das Mercadorias e dos Serviços Vendidos

(=) Lucro Bruto

(-) Despesas com Vendas

(-) Despesas Financeiras (deduzidas das Receitas Financeiras)

(-) Despesas Gerais e Administrativas

(-) Outras Despesas Operacionais

(=) Lucro ou Prejuízo Operacional

(+) Receitas Não Operacionais

(-) Despesas Não Operacionais

(+) Saldo da Correção Monetária

(=) Resultado do Exercício Antes do Imposto de Renda

(-) Imposto de Renda e Contribuição Social

(-) Participação de Debêntures

(-) Participação de Empregados

(-) Participação de Administradores e Partes Beneficiárias

(-) Contribuições para Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados.

(=) Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício

(=) Lucro ou Prejuízo por Ação

Fonte: Adaptado de Matarazzo (1998, p.48).

2.6.2.1 Principais Contas da Demonstração do Resultado do Exercício

Através do estudo das principais contas que compõe a demonstração do Resultado do Exercício pode-se compreender melhor a estrutura e a dinâmica desta demonstração.

Receita Operacional Bruta

Representa o valor bruto decorrente do faturamento das vendas à vista ou a prazo de produtos, mercadorias ou serviços prestados pela empresa.

Destes valores devem ser deduzidos os impostos sobre as vendas e as deduções sobre as vendas, obtendo-se assim a Receita Operacional Líquida.

Os impostos sobre as vendas são compostos pelo:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): é um imposto de competência da união, que incide sobre os produtos industrializados.
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS): é um imposto de competência dos estados, e incide sobre o valor agregado na circulação de mercadorias.
- Imposto sobre Serviços (ISS): este imposto incide sobre os serviços prestados, sendo de competência dos municípios.

As deduções sobre as vendas são formadas pelas:

- Vendas Canceladas: são as vendas devolvidas pelos clientes , e registradas nesta conta de caráter devedor que reduz a receita bruta com venda.
- Abatimentos sobre Vendas: são os descontos dados pela empresa após o recebimento da mercadoria pelo cliente, em virtude de feitos, falhas, problemas na entrega, etc.

Custo de Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos

São os valores apurados para a determinação do valor monetário do custo dos produtos e mercadorias vendidas, para dar baixa nos estoques das empresas referente as vendas do período.

Cada ramo de atividade das empresas: comércio, indústria, agropecuária, tem uma metodologia para a obtenção dos valores do custo dos produtos e mercadorias.

O Custo dos Serviços Prestados é formado pelos custos indispensáveis para a realização da receita com prestação de serviços.

Despesas Operacionais

São as despesas pagas ou incorridas, necessárias para o desenvolvimento da atividade das empresas, produzir, comercializar, administrar e financiar suas operações.

Entre estas despesas podemos citar:

- Despesas com Vendas: são as despesas necessárias para que se realizem as vendas da empresa como: salário e encargos dos vendedores, comissões, garantias, fretes, propaganda, etc.

- **Despesas Administrativas:** são as despesas necessárias para que se efetuem as tarefas administrativas da empresa, e demais despesas para o desenvolvimento do negócio. Estão dentro destas despesas: salários e encargos do pessoal da administração, pró-labores, materiais de escritório, etc.
- **Despesas Financeiras:** são as despesas pagas a terceiros para o financiamento da atividade da empresa. Estão entre elas: juros pagos, despesas bancárias, variação cambial, descontos concedidos a clientes por pagamento antecipado de duplicatas, etc.
- **Receitas Financeiras:** são ganhos resultantes de capitais aplicados ou outros ganhos financeiros, como: juros ativos (recebidos de clientes por atraso de duplicatas), descontos obtidos, etc.

Outras Receitas e Despesas Financeiras

Podemos citar as seguintes contas que compõe esta categoria:
Participação do resultado em coligadas e controladas

Resultado Não Operacional

Corresponde ao resultado obtido nas operações realizadas pela empresa e que não estão vinculadas a seu objeto social, como despesas em caso de enchentes, sinistro, baixa de ativo imobilizado, ganho por venda de ativo imobilizado, etc.

Provisão Para Imposto e Contribuições sobre o Resultado

Depois de apurado o lucro do período será constituída a provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social do referido período, de acordo com o que estabelece a legislação fiscal e a opção de forma de pagamento de cada empresa.

Gratificações e Participações Estatutárias

São as despesas da empresa, proporcionais ao lucro distribuído aos seus empregados, administradores, adquirentes de debêntures, beneficiários, fundos de assistência e previdência de funcionários.

2.6.3 Demonstração de Origem e Aplicação dos Recursos

De acordo com a Lei 6.404/76 a Demonstração do Resultado do Exercício tornou-se obrigatória para as companhias abertas e para as companhias fechadas com Patrimônio Líquido, na data do balanço, superior a R\$ 1.000.000,00.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos tem como finalidade identificar as modificações ocorridas na posição financeira de curto prazo da empresa, através da verificação da entrada de seus novos recursos e como estes foram aplicados.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbeck (2000, p. 337):

A Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos (mais conhecida como DOAR), como se próprio nome já indica, tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sumariada principalmente as informações relativas as operações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício, e evidenciar as alterações na posição financeira da empresa.

A DOAR está ligada ao Capital Circulante Líquido (CCL) que representa a posição financeira da empresa a curto prazo, e pode ser obtido pela seguinte fórmula;

$$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}$$

As origens de recursos são representadas pelo Aumento do Capital Circulante Líquido, que acontecer na empresa através das seguintes transações: ao lucro decorrente da atividade da empresa (Receita > Despesa), integralização do capital pelos sócios no exercício, empréstimos para pagamento a longo prazo, venda de bens do ativo permanente, transformação do realizável a longo prazo em ativo circulante, etc.

As aplicações de recursos são resultantes da diminuição do Capital Circulante Líquido, são exemplos as seguintes transações na empresa: aquisição do ativo imobilizado, investimento permanente em sociedades, aplicação de recursos em ativo diferido, etc.

Existem também certas operações da empresa que são registradas na DOAR, mas que não afetam o Capital Circulante Líquido, devido a serem representadas simultaneamente como origens e aplicações de recursos. São exemplos destas operações:

- aquisição de bens do ativo permanente com pagamentos programados a longo prazo,
- integralização de Capital através de bens do ativo permanente,
- venda de bens do ativo permanente para recebimento a longo prazo, etc.

Para a análise financeira de balanço, a Demonstração da Origem e Aplicação de Recursos é uma peça contábil muito importante, pois permite analisar o aspecto financeiro da empresa, dando enfoque para o movimento de investimentos e financiamentos e a maneira como foram administrados.

A Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos é representada da seguinte maneira:

QUADRO 8 – Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos

Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos

ORIGENS DE RECURSOS:

- Das Operações:
 - Lucro Líquido do ano
 - Mais: * Depreciações e Amortizações
 - * Resultado da Cor. Monetária do Exercício (saldo devedor)
 - * Variações Monetárias de Empr. e Financ. a Longo Prazo
 - Menos: * Participação nos Resultados de Controladas e Coligadas (deduzida dos dividendos recebidos)
 - * Resultado da Correção Monetária (saldo credor)
 - * Resultado na Alienação de Bens do Imobilizado

Total das Operações

- Dos Acionistas:
 - Integralização de capital
- De terceiros
 - Ingresso de Empréstimos a Longo Prazo
 - Alienação de Itens do Imobilizado
 - Resgate de Investimentos Temporários a Longo Prazo

Total das Origens

APLICACAO DE RECURSOS

- Aquisição de Direitos do Imobilizado
- Adições ao Custo do ativo Diferido
- Aplicações em Investimentos Permanentes em outras Sociedades
- Aplicações em Investimentos Temporários a Longo Prazo
- Transferência para Curto Prazo de Empréstimo e Finan. a Longo Prazo
- Dividendos Propostos

Total das Aplicações

ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO)

NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Fonte: Matarazzo (1998, p 52)

2.6.4 Notas Explicativas

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, fornecendo informações auxiliares, com objetivo de esclarecer sobre a situação financeira da empresa. Podem ser representadas através de quadros analíticos ou na forma descritiva.

No conteúdo das notas explicativas encontram-se demonstrações contábeis necessárias para esclarecimentos, como: demonstração do valor adicionado, demonstração do fluxo de caixa, entre outras. Também são detalhadas no seu conteúdo as práticas contábeis utilizadas pela empresa, em relação a vários aspectos como método de avaliação de estoques, depreciação, ajuste de exercícios anteriores, equivalência patrimonial, detalhamento de contas, etc.

Quando ocorrem erros no tratamento contábil e no saldo das contas através das notas explicativas deve-se explicar o fato ocorrido, elucidando a situação.

Segundo o artigo 176 da Lei 6,404/76: as “demonstrações serão completadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.”

2.7 Análise das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras definem segundo as normas de contabilidade a situação patrimonial, econômica e financeira das empresas.

A finalidade da extração de informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão nas empresas segundo Matarazzo (1998, p. 19):

O analista de balanço preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece crédito ou não, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará operando.

Para o mesmo autor (1998, p. 30):

A Análise de Balanços permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades. É de primordial importância, portanto, para todos que pretendam relacionar-se com uma empresa, quer como fornecedores, financiadores, acionistas e até como empregados.

Portanto, as informações extraídas através das técnicas de análise financeira de balanços de uma empresa, além de servirem como ferramenta para seu gerenciamento, também servem de parâmetro para que outros usuários que se relacionam com a empresa, tais como fornecedores, bancos, clientes se certifiquem dos efeitos produzidos pela política econômica da empresa.

A análise de Balanços visa extrair informações para a tomada de decisão. O perfeito conhecimento do significado de cada conta facilita a busca de informações precisas.

2.8 Padronização das Demonstrações Contábeis para a Análise de Balanços

Para aplicar as técnicas de Análise de Balanço é necessário que se faça um estudo detalhado nas Demonstrações Contábeis da empresa.

Matarazzo (1998, p. 41), diz que:

A análise das demonstrações financeiras exige conhecimento do que representa cada conta que nelas figura. Há uma infinidade de contas decorrentes de inúmeras operações realizadas por empresas das mais diferentes atividades. Mesmo o exame das operações de uma simples empresa comercial revela enorme profusão de contas, e sem uma noção do que estas representam, a interpretação das demonstrações financeiras fica prejudicada.

Cada empresa tem um plano de contas específico para a sua atividade, alguns menores e outros mais extensos e, com contas em diversos níveis de detalhes.

Quanto maior o número de contas nas Demonstrações Contábeis, mais complicado de trabalhar os indicadores e as análises vertical e horizontal, tornando a interpretação dos índices difícil para quem os analisa.

Algumas contas contábeis também podem estar classificadas de uma maneira errada, distorcendo a análise se estas falhas não forem corrigidas.

De acordo com Matarazzo (1998, pg. 142):

Precisão na classificação das contas: é freqüente encontram-se balanços e demonstrações de resultados com falhas nas classificações das contas, como, por exemplo, certos

investimentos de caráter permanente que aparecem no Ativo Circulante, despesas do próprio exercício que figuram como despesas do Exercício Seguinte, gastos indevidamente lançados como Ativo Diferido quando deveriam fazer parte das despesas ou perdas do exercício, empréstimos de curto prazo que aparecem no Exigível a Longo Prazo; tudo isso visa embelezar os balanços.

Muitos erros podem ter sido cometidos de maneira intencional, com o objetivo de manipular as Demonstrações Contábeis, tornando-as mais atrativas.

São exemplos desta situação segundo Matarazzo (1998, pg. 142):

- a) Estoques finais ou iniciais da Demonstração do Resultado do Exercício não coincidem com os estoques dos balanços.
- b) Provisão para Devedores Duvidosos do balanço não coincide com a que foi constituída na Demonstração do Resultado do Exercício.
- c) Impossível conciliar o Patrimônio Líquido Final com os resultados do exercício mais o Patrimônio Líquido Inicial.

Com o objetivo de simplificar, adequar a classificação das contas, corrigir possíveis erros e falhas costuma-se adotar um modelo de padronização que torna as Demonstrações Contábeis mais concisas e claras, facilitando sua análise.

Depois de executada a padronização das Demonstrações Contábeis elas estão preparadas para a aplicação das técnicas de Análise Financeira de Balanço, garantindo a fidedignidade dos resultados de sua interpretação.

2.9 Análise através de índices

Através da interpretação dos índices se consegue analisar de maneira ampla a situação econômica e financeira da empresa, fazendo desta técnica de análise de balanço a mais utilizada.

Matarazzo (1998, p. 153) diz que: "Índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira da empresa".

Na escolha dos índices a serem calculados, deve-se levar em consideração a atividade da empresa, as informações que se quer obter, a profundidade da análise, e demais fatores que influenciarão na necessidade das informações dos usuários da análise de balanço.

A análise através dos índices evidencia primeiramente a situação financeira da empresa, com o cálculo de índices de estrutura e liquidez. Depois com o cálculo dos índices de rentabilidade analisa-se a situação econômica da empresa.

2.9.1 Índices de Estrutura

A análise através destes índices evidencia as decisões financeiras da empresa, demonstrando a maneira como são obtidos e aplicados seus recursos.

Quanto menor for o índice calculado melhor será a situação financeira da empresa.

2.9.1.1 Participação de Capitais de Terceiros

A obtenção deste índice estabelece uma relação de quanto a empresa obteve de capital de terceiros em relação ao seu próprio capital investido.

O capital de terceiros é composto pelo grupo do passivo circulante e passivo exigível a longo prazo.

Fórmula:

$$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

2.9.1.2 Composição do Endividamento

Na obtenção deste índice analisa-se o percentual das obrigações a curto prazo contratadas pela empresa em relação a suas obrigações totais.

Fórmula:

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}} \times 100$$

2.9.1.3 Imobilização dos Recursos Não Correntes

Este índice indica quanto de recursos não correntes (patrimônio líquido e exigível a longo prazo) a empresa aplicou na aquisição de seu ativo permanente.

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}}.$$

A utilização dos recursos não correntes é comum pelas empresas, mas deve-se avaliar a necessidade de financiar bens com capital próprio. A vida útil do bem adquirido com capital próprio deve ser suficiente para que a empresa gere recursos para cumprir as suas demais obrigações.

2.9.2 Índices de Liquidez

A análise deste conjunto de índices tem como objetivo avaliar a capacidade financeira da empresa e a sua capacidade de saldar compromissos contratados com terceiros no desenvolvimento de suas atividades.

Quanto maiores forem estes indicadores, maior será a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas, melhor será a sua situação financeira.

2.9.2.1 Liquidez Geral: LG

Este índice reflete quanto a empresa apresenta nos grupos do ativo circulante e realizável a longo prazo, para cobrir suas dívidas no passivo circulante e exigível a longo prazo.

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

2.9.2.2 Liquidez Corrente: LC

Este índice busca medir o que aconteceu a curto prazo nas operações da empresa, indica se a empresa apresenta condições de cobrir suas dívidas a curto prazo.

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

2.9.2.3 Liquidez Seca: LS

Com o cálculo deste índice a empresa obtém a informação de quanto possui de ativo líquido para cumprir seus compromissos destacados no passivo circulante.

Fórmula:

$$\frac{\text{Disponível} + \text{Aplicações Financeiras} + \text{Clientes de Rápida Conversibilidade em Dinheiro}}{\text{Passivo Circulante}}$$

2.9.3 Índices de Rentabilidade

Estes índices demonstram o grau de êxito econômico, através da análise da rentabilidade dos capitais investidos pela empresa.

Quanto maiores forem estes índices, indicam melhor capacidade da empresa em obter lucro, de acordo com os capitais que lhe foram investidos.

2.9.3.1 Giro do Ativo

Para medir o desempenho comercial de uma empresa devemos comparar o valor total de suas vendas e o valor investido para a obtenção deste volume. Calculado o giro do ativo pode-se esclarecer esta situação, interpretando que quanto maior o índice, maior será a rentabilidade da empresa.

Fórmula:

$$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$$

2.9.3.2 Margem Líquida

Este índice evidencia quanto a empresa obteve de lucro em relação as suas vendas.

Fórmula:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

2.9.3.3 Rentabilidade do Ativo

Com a obtenção deste índice descobrimos quanto a empresa teve de lucro líquido em relação ao seu investimento total (ativo). Demonstra a capacidade da empresa em gerar lucro líquido com o objetivo de capitalizar-se, quanto maior for este índice melhor.

Fórmula:

$$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Ativo}}$$

2.9.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Com o cálculo deste índice temos o resultado de quanto a empresa obteve de lucro em relação ao capital próprio investido.

Fórmula:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

QUADRO 9 – Resumo Explicativo dos Índices

Índices	FÓRMULAS	Síntese da Interpretação	
Estrutura de Capitais	1. Participação de Capitais de Terceiros	$\frac{\text{Exigível Total} *}{\text{Exigível Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$	Revela quanto a empresa utiliza de capitais de terceiros em relação ao total dos Capitais Quanto menor melhor
	2. Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$	Revela quanto a empresa terá de a curto prazo para pagar cada real do total das obrigações existentes Quanto menor melhor
	3. Grau de Endividamento	$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Revela quanto a empresa deve a Terceiros para cada Real de Capitais Próprios Quanto menor melhor
	4. Imobilizações do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Revela quanto a empresa imobilizou no ativo permanente para cada real de Patrimônio Líquido Quanto menor melhor
Liquidez ou Insolvência	5. Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$	Evidencia quanto a empresa tem de A C + A R L P para honrar cada real de obrigação. Quanto maior melhor
	6. Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Revela quanto a empresa tem de A C para pagar cada real de P C Quanto maior melhor
	7. Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	Revela quanto a empresa tem de A C Líquido p/ pagar cada real de P C Quanto maior melhor
	8. Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	Revela quanto a empresa possui de dinheiro em Caixa, Bancos e Apliq. Liq. Imediata p/ pagar cada real de PC Quanto maior melhor
Rentabilidade	9. Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$	Evidencia quanto a empresa vendeu para cada real de investimento total Quanto maior melhor
	10. Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$	Revela quanto a empresa obteve de lucro líquido para cada real de receita líquida Quanto maior melhor
	11. Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Evidencia o lucro líquido para cada real de investimentos totais Quanto maior melhor
	12. Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Revela quanto a empresa ganhou de lucro líquido para cada real de capital próprio investido Quanto maior melhor

Fonte: Adaptado Matarazzo

2.10 Análise Vertical

A análise de estrutura ou vertical tem como objetivo medir qual a porcentagem que cada conta componente das demonstrações contábeis, representa em relação ao todo do qual faz parte.

Esta técnica de análise de balanço pode fazer as comparações entre as contas de dois ou mais exercícios da mesma empresa, ou ainda comparar com padrões do ramo de atividade em que a empresa pertence.

2.11 Análise Horizontal

A análise de evolução ou horizontal tem por objetivo avaliar o aumento ou a diminuição dos valores dos elementos patrimoniais ou de resultado de um exercício para o outro, permitindo assim tirar conclusões sobre a evolução da empresa.

Matarazzo (1998, p. 251) diz que: "A evolução de cada conta mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências".

2.11.1 Análise Horizontal Encadeada X Anual

A análise horizontal pode ser feita através do cálculo das variações em relação a um ano-base, ou em relação ao ano anterior, sendo que a primeira é chamada de análise horizontal encadeada e a

segunda chamada de análise horizontal anual, sendo que esta sempre deve ser feita complementando ao processo encadeado, evitando assim possíveis confusões.

2.12 Relação entre Análise Vertical e Análise Horizontal

Recomenda-se que sejam tiradas as conclusões somente depois de fazer a análise horizontal e a análise vertical, pois constata-se por exemplo, em uma análise horizontal, que uma conta aumentou 1000%, e não for feita uma análise vertical, não saberemos se esta conta é relevante ou não dentro da demonstração financeira.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 A Empresa

O trabalho foi desenvolvido na empresa Agropecuária Fuga S/A, situada no município de Marau - RS.

A empresa atua no setor agropecuário, desenvolvendo as atividades de cultivo de lavouras de milho, soja e trigo, e desenvolvimento da pecuária.

No setor pecuário sua atividade está concentrada na recria e engorda de bovinos, que serão comercializados posteriormente para abate. Também possui suínos com a mesma finalidade, só que em uma quantidade menor de criação.

A empresa foi escolhida em função das particularidades de contabilização das empresas rurais. Também contribui pela escolha o seu ciclo operacional com períodos longos em relação a pecuária, e sazonal relativo ao cultivo do soja e do milho.

3.2 Análise das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis analisadas foram fornecidas pela empresa, pertencendo ao período de 1999, 2000 e 2001.

Fazem parte das demonstrações: o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, demonstração da origem e

aplicação dos recursos e as notas explicativas, constando nos anexos I a IV deste trabalho.

3.2.1 Análise Através de Índices

Para a realização desta análise foram selecionados índices que abordam a situação econômico-financeira da empresa.

Os índices que avaliaram a situação financeira são os de estrutura e liquidez. Os índices de estrutura demonstram a obtenção e aplicação dos recursos, através do cálculo do capital de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes. Nos índices de liquidez contata-se a base da situação financeira da empresa, através do cálculo da liquidez geral, liquidez corrente e liquidez seca.

A posição econômica da empresa é refletida pelos índices de rentabilidade, que demonstram a rentabilidade do capital investido, através do cálculo do giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido.

Foram calculados estes índices no período em análise da empresa 1999, 2000 e 2001, conforme demonstração no seguinte quadro:

QUADRO 10 – Comparativos dos Indicadores

<i>Índices</i>		<i>2001</i>	<i>2000</i>	<i>1999</i>
<i>Estrutura</i>	Participação de Capital de Terceiros	4,39	8,07	1,29
	Composição de Endividamento	0	0	0
	Imobilização do PL	70,73	108,07	101,29
	Imob. dos Rec. Não Correntes	70,72	78,87	81,63
<i>Liquidez</i>	Liquidez Geral	7,66	3,62	14,04
	Liquidez Corrente	3,63	3,62	15,29
	Liquidez Seca	0,46	1,31	4,61
<i>Rentabilidade</i>	Giro do Ativo	0,42	4,55	5,48
	Margem Líquida	27,27	22,02	18,24
	Rentabilidade do Ativo	11,46	5,13	3,12
	Rentabilidade do PL	0,13	0,06	-

Fonte: Própria

3.2.1.1 Análise da participação do capital de terceiros

O índice participação do capital de terceiros estabelece uma relação de quanto a empresa tomou de capital de terceiros e o seu próprio capital investido.

Portanto para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido a empresa tomou R\$ 104,39 em 2001, R\$ 108,07 em 2000, e R\$ 101,29 em 1999 de capital de terceiros.

Contata-se que a participação do capital de terceiros nos períodos em análise é de 4,39% em 2001, 8,07% em 2000, e 1,29% em 1999, demonstrando que o grau de endividamento da empresa é pequeno.

Portanto o que realmente financia a manutenção e o desenvolvimento da atividade da empresa é o seu patrimônio líquido, conseguindo com isto maior liberdade na tomada de decisões financeiras.

3.2.1.2 Análise do Índice de Composição do Endividamento

Na análise do índice de composição do endividamento, observa-se que todas as dívidas contratadas pela empresa têm seu vencimento programado para no máximo o término do exercício seguinte, ou seja, estão todas no passivo circulante, são obrigações de curto prazo.

3.2.1.3 Análise do Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido

O índice de imobilização do patrimônio líquido demonstra quanto do PL da empresa foi investido na realização do giro dos negócios da empresa.

Em uma empresa do setor agropecuário este índice costuma ser elevado, pois o ativo permanente da empresa é composto por bens de grande valor monetário como: terra, imóveis, benfeitorias, secadores, implementos agrícolas, entre outros.

Os seguintes percentuais de imobilização do ativo foram constatados na empresa em análise nos seguintes anos: 70,73% em 2001, 108,07% em 2000, e 101,29% em 1999.

Observa-se que nos dois primeiros anos em análise todo o patrimônio líquido foi destinado a financiar bens do ativo permanente,

portanto a empresa não teve com que financiar seus ativos operacionais. Esta situação compromete o desenvolvimento das atividades da empresa, pois necessitando de recursos imediatos para custear ou expandir suas atividades, terá que recorrer a terceiros (empréstimos bancários).

3.2.1.4 Análise do Índice de Imobilização dos Recursos não Correntes

Através do cálculo do índice de imobilização dos recursos não correntes vê-se que a destinação destes recursos para a composição do ativo permanente da empresa foi o seguinte: 70,72% em 2001, 78,87% em 2000, e 81,63% em 1999.

Este índice não deve ser maior que 100%, pois compromete a capacidade financeira da empresa, já que parte deste recurso deve financiar o ativo circulante, necessário para a liquidez imediata da empresa.

Contata-se assim que um grande percentual dos recursos não correntes da empresa estão destinados ao ativo permanente. Esta análise poderia ser esperada, pois o ativo permanente é o que sustenta a atividade das empresas rurais.

Em todos os exercícios sociais da empresa em análise, o ativo circulante é maior que o passivo circulante, significando que os investimentos do ativo circulante são suficientes para cobrir as obrigações contratadas de curto prazo.

A distribuição das obrigações com vencimento a curto prazo da empresa concentra-se nas obrigações sociais, fiscais e trabalhistas e nas provisões de imposto de renda e contribuição social. Como a empresa não possui exigível a longo prazo, seus índices de liquidez são excelentes.

3.2.1.5 Análise do Índice de Liquidez Geral

No cálculo da liquidez geral após o pagamento das obrigações a curto prazo (a longo a empresa não possui) constata-se a seguinte folga financeira em 2001 6,66%, 2000 2,62% e em 1999 14,04%.

Nos anos de 2000 e 1999 a empresa não contabilizava a provisão para imposto de renda e contribuição social, prejudicando a confiabilidade dos índices de liquidez em geral calculados, já que estas contas em 2001 possuem um valor significativo, 77,70% do passivo circulante.

3.2.1.5 Análise do Índice de Liquidez Corrente

Os índices de liquidez corrente apresentam também uma folga financeira em todos os exercícios em análise, sendo em 2001 de 2,63%, em 2000 de 2,62% e em 1999 de 14,29%.

Um aspecto relevante para se analisar na interpretação da análise de balanços em uma empresa rural é a conta custo da lavoura em formação. O saldo desta conta compõe o ativo circulante do balanço patrimonial, influenciando no cálculo principalmente dos índices de

liquidez. Apesar de ser um direito da empresa com realização antes do término do exercício seguinte, se a empresa precisar desta disponibilidade imediatamente não poderá usufruir de seu saldo, pois sendo uma conta de custo ativado, como já foi estudado anteriormente, só poderá converter-se em moeda corrente com a chegada da época da colheita da lavoura em formação.

Outro aspecto a ser levado em consideração é os demais componentes da conta estoques. Os produtos agrícolas em geral dependem de uma correta armazenagem, influência de fatores climáticos. Podem, portanto, sofrer perdas e deterioração, perdendo seu valor econômico.

3.2.1.6 Análise do Índice de Liquidez Seca

O índice que melhor reflete a situação financeira (disponibilidade de recursos que mais rapidamente se convertem em moeda corrente para saldar as obrigações a curto prazo da empresa) é a liquidez seca, pois retira-se do seu cálculo os estoques e por conseqüência, o custo da lavoura em formação.

Após aplicado este critério constatou-se os seguintes índices de liquidez seca nos seguintes períodos em 2001 foi de 0,42%, em 2000 foi de 1,31% e em 1999 foi de 4,61%. Nos anos de 1999 e 2000 o que elevou o índice de liquidez seca foi a conta de aplicações financeira que obteve valores significativos nestes anos e foi reduzida em 2001.

3.2.1.7 Análise do Índice do Giro do Ativo

Na interpretação do índice do giro do ativo de uma empresa rural deve-se levar em consideração as particularidades das contas que compõe este índice.

As vendas líquidas da empresa rural estudada são representadas pelas vendas de produtos agrícolas, bovinos e suínos. Tanto os produtos da atividade agrícola, quanto os animais da atividade pecuária sofrem com as influências climáticas para a sua produção e comercialização. A empresa pode ter investido corretamente seus recursos, mas em função de um fator externo, que não pode controlar, pode diminuir drasticamente as suas vendas.

Como já foi visto, as atividades de uma empresa rural tem como sua maior fonte de investimento os bens do ativo permanente, de elevado valor monetário.

Nas empresas rurais para o aumento da produção são necessários altos investimentos em terras, benfeitorias, implementos agrícolas, etc., para financiar a produção e por conseqüência as vendas.

Através do cálculo do giro do ativo evidenciou-se que a empresa vendeu, em 2001, R\$ 0,42 para cada R\$ 1,00 investido, em 2000, R\$ 0,23, e em 1999, R\$ 0,17.

Em consultas aos relatórios gerenciais da empresa verificou-se que a receita da empresa vem aumentando durante o período analisado, devido ao aumento da receita com a pecuária. A duração deste ciclo leva em média 3 (três) anos e, como a empresa começou a concentrar seus investimentos na pecuária de corte no ano de 1995, a receita começou a realizar-se em 1998/1999.

Outro motivo de aumento da receita, conforme observa-se nas contas do ativo permanente foi o investimento em secadores, máquinas e equipamentos. Os secadores beneficiam os produtos agrícolas como a soja e o milho, tornando-os adequados para a venda a indústrias e cooperativas. É um investimento que o produtor rural faz para agregar mais valor econômico a seus produtos agrícolas.

Em decorrência destas decisões administrativas com relação aos investimentos da empresa, a receita vem aumentando, melhorando a performance de todos os índices de rentabilidade, já que estes utilizam-se das vendas em seu cálculo.

3.2.1.8 Análise do Índice de Margem Líquida

É a margem líquida, que demonstra quanto a empresa tem de lucro em relação as suas vendas. Para cada R\$ 1,00 vendido a empresa obteve em 2001, R\$ 27,27, 2000, R\$ 22,02, e em 1999, R\$ 18,24. Este índice como tendência geral da empresa, aumenta em função do crescimento da receita.

3.2.1.9 Análise do Índice de Rentabilidade do Ativo

A rentabilidade do ativo é uma medida da capacidade da empresa de gerar lucro, com os investimentos que possui, demonstrando seu poder de capitalização. Na empresa em análise este índice apresenta-se satisfatório, pois vem crescendo a cada ano, em virtude do aumento das receitas operacionais.

3.2.1.10 Análise do Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Na elaboração do índice da rentabilidade do patrimônio líquido não foi obtido o balanço do exercício de 1998, o que inviabilizou o cálculo deste índice no exercício social de 1999.

Nos demais anos este índice apresentou um substancial crescimento, em função do aumento do lucro líquido. Em consequência disto foram aumentadas as reservas da empresa e os lucros acumulados.

3.2.2 Análise Vertical/Horizontal

As análises vertical e horizontal do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, que serviram de base para estas análises, encontram-se dentro dos anexos V a VII deste trabalho.

A análise horizontal foi aplicada de maneira anual, através da comparação dos anos analisados, com anos imediatamente anteriores.

3.2.2.1 Análise Vertical/Horizontal do Balanço Patrimonial

Através da análise horizontal do balanço patrimonial se constata a política administrativa da empresa.

A empresa mantém uma situação praticamente constante em seu patrimônio, pois seus recursos são suficientes para financiar a produtividade de suas lavouras e pecuária.

O grupo do ativo permanente vem aumentando em valores monetários, em decorrência pequenos de investimentos para a melhoria da produção rural. Mas sua participação em relação ao total do ativo vem diminuindo era de 80,60% em 1999, 72,98% em 2000 e 67,75% em 2001.

No ano de 2001 alterou-se a composição do realizável a longo prazo da empresa, em virtude do reconhecimento de créditos em uma controlada este grupo passou a representar 16,97% do total do ativo.

Dentro da conta estoques observa-se um crescimento dos bovinos, eqüinos, e suínos, que se deve pelo crescimento natural do rebanho e pela aquisição de novas cabeças. Também observa-se que a conta lavoura em formação vem crescendo, devido a política da empresa de desenvolver mais o plantio de soja, milho e trigo.

A conta produtos que refere-se aos produtos agrícolas colhidos, prontos para a comercialização representava em 1999 3,03%, em 2000 7,16%, em 1,55% do ativo. Conclui-se que a empresa está conseguindo comercializar toda a sua safra, fortalecendo esta afirmativa com o aumento das receitas.

As contas do passivo circulante apresentam algumas alterações ao longo dos anos analisados.

A maior alteração consta-se no ano de 2001, quando a empresa passa a constituir a provisão para imposto de renda e contribuição social. Esta conta representa 3,27% do passivo, enquanto o restante das contas representa 0,94%.

O patrimônio líquido em apresenta um pequena variação percentual no decorrer dos anos era de 98,73% em 1999, 92,53% em 2000 e 95,79% em 2001.

Observa-se que a distribuição das contas do patrimônio líquido vem alterando-se no decorrer dos anos. Com o crescimento do lucro da empresa foram constituídas novas reservas e as já existentes aumentaram seu valor.

Os lucros acumulados vem crescendo em valores monetárias a cada ano, tendo um crescimento de 99,64% no ano de 2000 em relação a 2001 e 165,97% no ano de 2001 em relação a 2000.

3.2.2.2 Análise Vertical/Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício

A receita operacional líquida vem crescendo significativamente, em 2000 cresceu 53,85% em relação a 1999, e em 2001 98% quase dobrando em relação a 2000.

Isto aconteceu devido a política da empresa de aumentar suas atividades no cultivo de soja, milho e trigo e da intensificação da pecuária, como já constatou-se com o aumento das contas de estoque.

As despesas operacionais com a administração e vendas cresceram em virtude do também crescimento das receitas, já que necessitou-se de mais recursos para distribuição, transporte e venda.

No ano de 2001 acontece uma modificação significativa nas despesas operacionais, devido ao aumento das receitas de aplicações financeiras.

O lucro líquido aumenta devido ao crescimento das receitas, enquanto as despesas operacionais com administração e vendas aumentaram pouco, maximizando os lucros.

Em 2000 o lucro líquido aumentou 85,56% em relação a 1999, e em 2001 foi de 146% em relação ao ano anterior.

4 CONCLUSÃO

A aplicação de técnicas de análise financeira de balanços, tem como objetivo fornecer informações referentes a situação econômica e financeira das empresa.

As empresas rurais, assim como as outras (comerciais, industriais e financeiras), utilizam-se desta técnica, buscando avaliar a sua situação patrimonial e os resultados obtidos no desenvolvimento de sua atividade.

Aplicadas técnicas de análise financeira de balanços em uma empresa, surgem vários índices como os de estrutura, liquidez, rentabilidade, que necessitam ser interpretados. Também precisam ser avaliadas as análises vertical e horizontal do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício.

Antes que se faça uma interpretação dos indicadores obtidos e das análises é preciso conhecer o funcionamento do plano de contas e da contabilidade das empresa rurais.

Em consequência disto, este trabalho desenvolveu um estudo sobre a contabilidade rural, onde se verificou algumas situações que influenciaram na interpretação dos resultados obtidos.

Quando avalia-se qualquer indicador de liquidez que considere a conta cultura temporária em formação, que encontra-se inserida dentro dos estoques, deve-se tomar o cuidado de verificar a representatividade desta conta em relação ao ativo circulante.

As contas do ativo circulante são caracterizadas por demonstrar os valores de maior liquidez das empresas, ou seja, os que mais rapidamente se convertem em valores monetários.

A conta cultura temporária em formação refere-se a custos diretos ativados com as lavouras em cultivo. Para que a empresa possa disponibilizar os valores destas culturas terá que esperar a época da colheita.

O exercício social das empresas rurais corresponde ao ano calendário, segundo exigências do regulamento do imposto de renda.

O desempenho econômico e financeiro das empresas rurais seria melhor avaliado com a adoção do ano agrícola, assim seria possível o confronto de todas as receitas e despesas da atividade agropecuária. Caso a empresa apresentasse mais de uma atividade, determinaria-se o encerramento do exercício o final do ciclo operacional da principal atividade.

Através da análise de balanços e do conhecimento de como são tratadas as operações na contabilidade das empresas rurais, reconhece-se a verdadeira situação econômica e financeira da empresa.

As informações geradas pela análise de balanços passam a ser de fundamental importância, servindo de ferramenta gerencial para o produtor rural.

A empresa pode comparar a evolução da sua situação patrimonial e de seus resultados obtidos, a cada ano, através da comparação dos índices e da análise vertical e horizontal anual.

Assim a análise de balanço caracteriza-se como uma técnica administrativa disponibilizada as empresas rurais, ajudando-as a

conhecer melhor seus resultados, e com isto a planejar e direcionar seus novos investimentos.

5 BIBLIOGRAFIA

ANCELES, Pedro Einstein dos Santos. **Manual de Tributos da Atividade Rural**. São Paulo: Atlas, 2001.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**. São Paulo: Atlas, 1993. p. 168.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu & GELBCKE, Ernesto Rubens. **Sociedades Anônimas – Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade e Controladoria em Agribusiness**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José Geraldo de. **Contabilidade da Pecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1986. p. 227.

____. **Contabilidade Rural**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 238.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p. 471.

NEVES, Silvério das & VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e Análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Frase Editora, 2001.

RIES, Leandro R & Antunes, Luciano M. **Gerência Agropecuária**. Guaíba: Agropecuária, 1998. p. 237.

SANTOS, Gilberto J. dos & MARION, José C. **Administração de custos na Agropecuária**. São Paulo: Atlas, 1993. p. 139.

VALLE, Francisco. **Manual de Contabilidade Agrária**. São Paulo: Atlas, 1983. p. 284.

6 ANEXOS

ANEXO 1 – Balanço Patrimonial

AGROPECUÁRIA FUGA S/A							
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO							
ATIVO	2001	2000	1999	PASSIVO	2001	2000	1999
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil		R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
CIRCULANTE	501.817	808.036	513.782	CIRCULANTE	138.229	223.375	33.608
Disponibilidades	25.199	2.657	398	Fornecedores	2.604	7.214	5.200
Bancos Conta Movimento	25.199	2.657	398	Obrigações Socias, Fiscais, Trab.	19.576	30.086	22.163
Contas a Receber Clientes	35.823	43.589	27.934	Cheques a compensar	2.946	2.143	459
Estoques	437.868	515.710	358.799	Contas a pagar	533	1.172	626
Insumos	2.397	6.872	4.388	Adiantamentos a Clientes	5.160	182.760	5.160
Bovinos, Suínos, Equinos	107.740	93.330	91.030	Prov. P/ IRPJ e CSLL	107.410	0	0
Produtos	50.750	214.162	80.293	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.146.070	2.767.521	2.614.202
Custo Lavoura em Formação	276.981	201.346	183.088	Capital Social	2.700.000	2.600.000	2.530.000
Outros Valores e Cred.	2.927	246.080	126.651	Reservas de Capital	2.073	0	0
Aplicações Financeiras	152	242.849	121.815	Reserva de Icentivos Fiscais	2.073	0	0
Impostos a Compensar	2.752	3.201	4.809	Reserva de Lucros	18.824	7.666	4.131
Contas a Receber	23	30	27	Reserva Legal	18.824	7.666	4.131
REALIZ. A LONGO PRAZO	557.311	13	13	Lucros Acumulados	425.173	159.855	80.071
Aquisições Direitos Uso Telef.	13	13	13	TOTAL DO PASSIVO	3.284.299	2.990.896	2.647.810
Credito com Controladora	555.225	0	0				
Depósito Incentivos Fiscais	2.073	0	0				
PERMANENTE	2.225.171	2.182.847	2.134.015				
Investimentos	1.376	1.251	1.251				
Particip. Outras Empresas	1.376	1.251	1.251				
Imobilizado	2.223.795	2.181.596	2.132.764				
Imóveis	2.000.836	2.000.836	2.000.836				
Benfeitoras	47.107	47.107	39.800				
Maquinas e Equipamentos	366.206	308.256	282.279				
Veículos	21.917	21.917	22.851				
Móveis e Utensílios	2.907	2.907	2.907				
Construções em Andamento	97.385	97.385	97.385				
Secadores	44.628	44.628	22.129				
Semoventes	41.376	36.778	37.738				
Outras Imob. Em Andamento	257	257	257				
(-) Deprec. Acumuladas	(398.824)	(378.475)	(373.418)				
TOTAL DO ATIVO	3.284.299	2.990.896	2.647.810				

ANEXO 2 – Demonstração do Resultado do Exercício

AGROPECUÁRIA FUGA S/A			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
ATIVO	<u>2001</u>	<u>2000</u>	<u>1999</u>
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.476.587	744.625	479.557
Venda de Produtos	1.476.587	744.625	479.557
DEDUÇÕES	96.305	47.651	26.540
Impostos, Devoluções, Abatimentos	96.305	47.651	26.540
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.380.282	696.974	453.017
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	861.940	503.913	369.943
LUCRO BRUTO	518.342	193.061	83.074
DESPESAS OPERACIONAIS	(15.341)	14.427	3.766
Despesas Adm. E com Vendas	24.400	21.251	8.089
Despesas Financeiras	14.566	6.069	3.946
(-) Receitas Financeiras	(54.307)	(12.893)	(8.269)
OUTRAS REC/DESP OPERACIONAIS	372	(22)	(4.761)
LUCRO OPERACIONAL	534.055	178.612	74.547
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	3.618	18.628
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
ANTES DOS IMPOSTOS	534.055	182.230	93.175
PROV. P/ IR E CSLL	157.579	28.911	10.550
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	376.476	153.319	82.625
LUCRO LÍQ POR LOTE MIL AÇÕES	13,94	5,89	32,66

ANEXO 3 – Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos

Agropecuária Fuga S/a			
DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
	2001	2000	1999
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
2. ORIGEM DOS RECURSOS	<u>398.898</u>	<u>163.498</u>	<u>92.114</u>
Lucro do Exercício	376.476	153.319	82.625
Depreciações	20.349	9.924	9.489
Baixa de Bens do Permanente	0	255	0
Contribuições p/ Reservas	2.073	0	0
1. APLICAÇÕES DE RECURSOS	<u>619.971</u>	<u>59.011</u>	<u>9.418</u>
Aquisições de Bens do Imobilizado	62.673	59.011	9.418
Aumento Realizável a Longo Prazo	557.298	0	
3. AUMENTO CAP. CIRC. LÍQUIDO	<u>(221.073)</u>	<u>104.487</u>	<u>82.696</u>
4. VARIAÇÕES DO CAP. CIRC. LÍQUIDO			
Capital Circ. Líquido Início do Exercício	584.661	480.174	397.478
Capital Circ. Líquido Final do Exercício	363.588	584.661	480.174
Variação do Capital Circulante Líquido	<u>(221.073)</u>	<u>104.487</u>	<u>82.696</u>

ANEXO 4 – Notas explicativas sobre as demonstrações contábeis procedidas em 31 de dezembro de 2001

NOTA 1 – PRINCIPAIS ATIVIDADES OPERACIONAIS DESENVOLVIDAS

As principais atividades desenvolvidas são:

Cultura de soja, milho e trigo:

Criação de suínos e bovinos.

NOTA 2 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis foram adotadas as práticas contábeis emanadas da Lei 6404/76, as quais não requerem a apresentação das demonstrações financeiras expressas em moedas de capacidade aquisitiva constante. Desta forma, a demonstrações do resultado, das origens e aplicações de recursos e das mutações dos lucros acumulados são decorrentes da simples acumulação dos valores nominais das transações ocorridas. A Lei 9249/95 extinguiu a correção monetária das Demonstrações Contábeis, desta forma os valores constantes do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido encontram-se atualizados somente até 31/12/95. foram observadas, ainda, as aspectos contábeis específicos das entidades agropecuárias aprovados pela Resolução nº 909/2001 do conselho federal de Contabilidade.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Estoques

Composição	2001	2000	1999	Critério de Avaliação
Insumos	2.397	6.872	1.765	Custo Médio Aquisição
Bovinos, Suínos e Eqüinos	107.740	93.330	91.030	Preço de Mercado
Produtos	50.750	214.162	80.293	Preço de Mercado
Almoxarifado	-	-	2.623	
Total	160.887	314.364	175.711	

c) Depreciações

As depreciações foram calculadas pelo método linear sobre o custo histórico dos bens, com base nas seguintes taxas anuais:

- Veículos, Móveis e Equipamentos 20%
- Prédios e Benfeitorias 4%
- Móveis e Utensílios 10%

NOTA 4 – CAPITAL SOCIAL

Em 31/12/1999 o Capital Social de R\$ 2.530.000,00 é composto por 2.530.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma.

Em 31/12/2000 o Capital Social de R\$ 2.600.000,00 é composto por 2.600.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma.

Em 31/12/2001 o Capital Social de R\$ 2.700.000,00 é composto por 2.700.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma.

ANEXO 5 – Análise do Ativo

AGROPECUARIA FUGA S/A										
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO										
ATIVO	2001			2000				1999		
	Valor Abs.	AV	AH	Valor Abs.	AV	AH	AH	Valor Abs.	AV	AH
CIRCULANTE	501.817	15,28	62,10	808.036	27,02	157	100	513.782	19,40	100,00
Disponibilidades	25.199	0,77	948,40	2.657	0,09	668	100	398	0,02	100,00
Bancos Conta Movimento	25.199	0,77	948,40	2.657	0,09	668	100	398	0,02	100,00
Contas a Receber Clientes	35.823	1,09	82,18	43.589	1,46	156	100	27.934	1,05	100,00
Estoques	437.868	13,33	84,91	515.710	17,24	144	100	358.799	13,55	100,00
Insumos	2.397	0,07	34,88	6.872	0,23	157	100	4.388	0,17	100,00
Bovinos, Suínos, Eqüinos	107.740	3,28	115,44	93.330	3,12	103	100	91.030	3,44	100,00
Produtos	50.750	1,55	23,70	214.162	7,16	267	100	80.293	3,03	100,00
Custo Lavoura em Formação	276.981	8,43	137,56	201.346	6,73	110	100	183.088	6,91	100,00
Outros Valores e Créd.	2.927	0,09	1,19	246.080	8,23	194	100	126.651	4,78	100,00
Aplicações Financeiras	152	0,00	0,06	242.849	8,12	199	100	121.815	4,60	100,00
Impostos a Compensar	2.752	0,08	85,97	3.201	0,11	67	100	4.809	0,18	100,00
Contas a Receber	23	0,00	76,67	30	0,00	111	100	27	0,00	100,00
REALIZ. A LONGO PRAZO	557.311	16,97	4.287.007,69	13	0,00	100	100	13	0,00	100,00
Aquisições Direitos Uso Telef.	13	0,00	100,00	13	0,00	100	100	13	0,00	100,00
Credito com Controladora	555.225	16,91	0,00	0	0,00	0	100	0	0,00	100,00
Depósitos Incentivos Fiscais	2.073	0,06	0,00	0	0,00	0	100	0	0,00	100,00
PERMANENTE	2.225.171	67,75	101,94	2.182.847	72,98	102	100	2.134.015	80,60	100,00
Investimentos	1.376	0,04	109,99	1.251	0,04	100	100	1.251	0,05	100,00
Particip. Outras Empresas	1.376	0,04	109,99	1.251	0,04	100	100	1.251	0,05	100,00
Imobilizado	2.223.795	67,71	101,93	2.181.596	72,94	102	100	2.132.764	80,55	100,00
TOTAL DO ATIVO	3.284.299	100,00		2.990.896	100			2.647.810	100	

ANEXO 6 – Análise do Passivo

AGROPECUARIA FUGA S/A										
BALANÇOS PATRIMONIAS EM 31 DE DEZEMBRO										
PASSIVO	2001			2000				1999		
	Valor Abs.	AV	AH	Valor Abs.	AV	AH	AH	Valor Abs.	AV	AH
CIRCULANTE	138.229	4,21	61,88	223.375	7,47	664,65	100,00	33.608	1,27	100
Fornecedores	2.604	0,08	36,10	7.214	0,24	138,73	100	5.200	0,20	100
Obrigações Sociais, Fiscais, Trab.	19.576	0,60	65,07	30.086	1,01	135,75	100	22.163	0,84	100
Cheques a compensar	2.946	0,09	137,47	2.143	0,07	466,88	100	459	0,02	100
Contas a pagar	533	0,02	45,48	1.172	0,04	187,22	100	626	0,02	100
Adiantamentos a Clientes	5.160	0,16	2,82	182.760	6,11	3.541,86	100	5.160	0,19	100
Prov. P/ IRPJ e CSLL	107.410	3,27	0,00	0	0,00	0,00	100	0	0,00	100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.146.070	95,79	113,68	2.767.521	92,53	105,86	100	2.614.202	98,73	100
Capital Social	2.700.000	82,21	103,85	2.600.000	86,93	102,77	100	2.530.000	95,55	100
Reservas de Capital	2.073	0,06	0,00	0	0,00	0,00	100	0	0,00	100
Reserva de Incentivos Fiscais	2.073	0,06	0,00	0	0,00	0,00	100	0	0,00	100
Reserva de Lucros	18.824	0,57	245,55	7.666	0,26	185,57	100	4.131	0,16	100
Reserva Legal	18.824	0,57	245,55	7.666	0,26	185,57	100	4.131	0,16	100
Lucros Acumulados	425.173	12,95	265,97	159.855	5,34	199,64	100	80.071	3,02	100
TOTAL DO PASSIVO	3.284.299	100		2.990.896	100			2.647.810	100	

ANEXO 7 – Análise da DRE

AGROPECUÁRIA FUGA S/A										
DEMONSTRAÇÃO DP RESULTADO DO EXERCÍCIO										
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO										
ATIVO	2001			2000				1999		
	Valor Abs.	AV	AH	Valor Abs.	AV	AH	AH	Valor Abs.	AV	AH
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.476.587			744.625				479.556		
Venda de Produtos	1.476.587			744.625				479.556		
DEDUÇÕES	96.305			47.651				26.539		
Impostos, Devoluções, Abatimentos	96.305			47.651				26.539		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.380.282	100,00	198	696.974	100,00	153,85	100	453.017	100	100
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	861.940	62,45	171	503.913	72,30	136,21	100	369.942	81,66	100
LUCRO BRUTO	518.342	37,55	268	193.061	27,70	232,39	100	83.075	18,34	100
DESPESAS OPERACIONAIS	(15.341)	(1,11)	(106)	14.427	2,07	383,09	100	3.766	0,83	100
Despesas Adm. E com Vendas	24.400	1,77	115	21.251	3,05	262,71	100	8.089	1,79	100
Despesas Financeiras	14.566	1,06	240	6.069	0,87	153,80	100	3.946	0,87	100
(-) Receitas Financeiras	(54.307)	(3,93)	421	(12.893)	-1,85	155,92	100	(8.269)	(1,83)	100
OUTRAS REC/DESP OPERACIONAIS	372	0,03	(1.691)	(22)	0,00	0,46	100	(4.761)	(1,05)	100
LUCRO OPERACIONAL	534.055	38,69	299	178.612	25,63	239,59	100	74.548	16,46	100
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0,00	0	3.618	0,52	19,42	100	18.627	4,11	100
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO										
ANTES DOS IMPOSTOS	534.055	38,69	293	182.230	26,15	195,58	100	93.175	20,57	100
PROV. P/ IR E CSLL	157.579	11,42	545	28.911	4,15	274,06	100	10.549	2,33	100
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	376.476	27,28	246	153.319	22,00	185,56	100	82.626	18,24	100
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE MIL AÇÕES	13,94			5,89	0,00	18,60		31,66		